



ÓRGÃO DE UNIDADE DOS CAMPONESES DO NORTE

Nº 21 — 2ª SÉRIE AGOSTO-SETEMBRO DE 1971 PREÇO \$50

A LUTA PELA POSSE DOS BALDIOS ALASTRA A NOVAS FREGUESIAS

Os camponeses de PARADELA DO VOUGA (Águeda) acabam de enviar uma exposição ao Governo a denunciar os roubos e prepotências dos Serviços Florestais e a reivindicar a restituição dos baldios roubados. Animados por este movimento de reivindicações, também os camponeses da freguesia de RIBEIRADIO têm feito reuniões para tratar do mesmo problema. Iniciado na freguesia de TALHADAS, concelho de Sever do Vouga, o movimento reivindicativo contra os S. F. e pela posse dos baldios estendeu-se à freguesia do PRESTIMO e está agora a alargar-se às outras freguesias vizinhas.

Os S. F. e o direito dos povos aos baldios obtidos; o papel dos Serviços Florestais deveria restringir-se a funções exclusivamente de assistência técnica às explorações florestais feitas pelas cooperativas.

Depois de 1938 os Serviços Florestais semearam a pinhal a maior parte dos baldios do País. Estes baldios situavam-se nas zonas montanhosas do Norte e eram utilizados pelos povos na criação de gado e na roça de estrumes e ainda, em certas zonas, na cultura de centeio em talhões que todos os anos eram sorteados pelos moradores e por isso se chamavam sortes.

A sementeira a pinhal dos baldios, feita pelos Serviços Florestais, causou o desaparecimento dos rebanhos que deles se alimentavam e empobreceu os povos.

Deste modo os S.F. desapossaram os povos dos seus baldios, que possuíam desde há tempos imemoriais, e passaram a explorá-los em seu proveito, sem entregar ao povo qualquer indemnização pelo prejuízo sofrido.

Hoje os povos cujos baldios foram roubados pelos S.F. não estão mais dispostos a tolerar este desapossamento e iniciaram um amplo movimento de reivindicações exigindo que lhes entreguem todos os baldios tomados, organizando-se estes em cooperativas florestais que assegurarão a exploração económica dos baldios, entregando aos povos para obras de utilidade colectiva todos os rendimentos

Unidos e firmes contra os S.F.!

Tal como TALHADAS, PRÉSTIMO, PARADELA DO VOUGA e RIBEIRADIO, todas as outras freguesias com os mesmos problemas devem imediatamente passar a uma acção firme contra os S.F. É importante que os povos façam pressão sobre as Juntas de Freguesia para que estas tomem posição a favor dos verdadeiros interesses e direitos daqueles que representam. Tenhamos presente que muitas Juntas de Freguesia colaboraram estreitamente com os Serviços Florestais para nos roubar. Por esta razão, o povo não deve esperar que sejam os lacaiois que as constituem que tomem a iniciativa. Temos que ser nós, por iniciativa própria, criando comissões que encabecem a nossa luta, quem deve dar os primeiros passos.

Se não formos atendidos como é de justiça devemos encarar outras formas de luta como seja a ocupação dos baldios. Temos o direito de ocupar o que é nosso e nos foi roubado.

COMISSÕES CAMPONESAS—UM PASSO QUE SE IMPÕE

Há muitos anos que se fala na crise da agricultura e em medidas para a vencer. Quer-se uma agricultura com maior produtividade e rentabilidade. Nós estamos de acordo, mas perguntamos: quando fazem essas afirmações pensam naqueles que trabalham directamente a terra? Na situação miserável em que vivemos? No atraso em que estão as nossas aldeias? Nos impostos que são como sanguessugas a chupar o nosso sangue? Nos preços caríssimos dos adubos e das sementes e das alfaías? Na falta de assistência técnica? Nas leis que não existem para nos proteger da ganância dos intermediários? Claro que não. Quando falam de crise e da necessidade de medidas para a vencer os homens do Governo pensam nos interesses dos grandes agrários e capitalistas. Para nós, promessas e mais nada!

De ano para ano a nossa situação agravava-se cada vez mais. Os impostos e outros encargos multiplicam-se a ponto de nos obrigar a pensar no que é necessário fazer para sair desta precária situação.

Esperar que cumpram as muitas promessas que fazem será a nossa ruína total.

O nosso jornal tem noticiado importantes lutas de camponeses. De Talhadas, Préstimo, Paradelo do Vouga, etc., contra os Serviços Florestais e pela restituição dos baldios que estes lhes roubaram. A luta dos produtores de vinho dos concelhos de Vouzela, Oliveira de Frades, S. Pedro do Sul, etc., contra o imposto sobre o vinho que se recusam a pagar à Junta Nacional do Vinho. Dos agricultores de Alpiarça que colocaram no Grémio uma direcção da sua confiança, contra as manobras dos grandes agrários e do Governo.

Quebrar o marasmo em que temos estado e seguir o exemplo desses camponeses, lutando pelos nossos direitos, pela solução dos nossos problemas e por uma vida mais decente—eis o que temos que fazer!

Como primeiro passo há que constituir comissões (grupos) com camponeses corajosos e firmes que sejam capazes de falar em nome de todos e dirigir as acções que decidirmos empreender. Depois dos problemas terem sido discutidos em reuniões por todos os interessados e decididos em conjunto os passos a dar, as comissões ou (grupos) de agri-

cultores farão as diligencias necessárias para a defesa dos interesses de todos junto das autoridades, Juntas, Grémios, etc.

A formação de comissões que nos representem dar-nos-á muito maior força, porque garante a unidade da nossa movimentação. E é somente através da nossa unidade e luta que conseguiremos melhorar a nossa situação.

Exigem que paguemos a taxa sobre o vinho —recusemos pagá-la! Querem proibir a produção do vinho americano —resistamos, se necessário com paus, forquilha, etc. As chuvas e cheias estragam-nos as colheitas —exijamos subsídios e créditos a longo prazo. Os adubos e outros produtos estão caros —exijamos preços compatíveis. Nas nossas aldeias não temos escolas, estradas, água, luz, etc.—reclamemos esses melhoramentos! Para cada problema exijamos uma solução concreta e não promessas que nada resolvem.

Com exposições ao Governo, concentrações junto dos Grémios, das Câmaras e das Juntas reivindicuemos a satisfação das nossas justas aspirações. Se tivermos comissões a encabeçar a nossa movimentação, mais fácil será consegui-lo.

Unidos temos muita força. Isolados pouco ou nada valemos.

TODAS AS ELEIÇÕES DA

Está para breve a escolha de novas Juntas de Freguesia. Até à data quase todas elas têm sido «nomeadas» pelos lacaios do Governo fascista que nos oprime. Dum modo geral as Juntas de Freguesia têm sido um instrumento nas mãos do Governo para controlar a força combativa das massas populares. As Juntas locais não têm trabalhado eficazmente para a evolução económica e social das regiões que dominam. Têm antes participado, activa ou passivamente, na política geral do «adormecimento» das classes trabalhadoras para que estas não descubram por si próprias os mecanismos de exploração que as oprimem. Estas «eleições» em regime fascista, com cadernos eleitorais cozinhados por eles e sem as mínimas garantias de fiscalização popular nem liberdades democráticas, estão preparadas para ser mais uma farsa demagógica.

NOVOS PROTESTOS CONTRA A TAXA SOBRE O VINHO



Durante o mês de Agosto, os pequenos vinicultores empreenderam novas acções de resistência ao pagamento da taxa de \$20 por litro de vinho produzido que a Junta Nacional do Vinho lhes quer impôr.

No Grémio da Lavoura de SEVER DO VOUGA reuniram-se milhares de agricultores para protestarem contra a referida taxa.

Agricultores de todas as freguesias dos concelhos de OLIVEIRA de FRADES, SEVER DO VOUGA e VOUZELA enviaram uma exposição ao Presidente do Concelho para denunciar a ilegalidade e arbitrariedade dessa taxa, pedindo medidas que lhes façam justiça. Considerando este caso de importância vital para a sua própria sobrevivência, os vinicultores da região de Lafões reivindicam:

a) — QUE NÃO LHESE SEJA EXIGIDO O PAGAMENTO DAS TAXAS EM ATRASO;

b) — QUE O GOVERNO TORNE CLARO QUE A PARTIR DA COLHEITA DE 1968 (INCLUSIVE) A TAXA FOI ABOLIDA.

Também recebemos a notícia de que os agricultores da região da MEALHADA se recusaram igualmente a pagar a taxa sobre o vinho. Isto vem reforçar a movimentação contra a taxa, pois significa que os vinicultores de Lafões estão a receber o apoio dos de outras regiões, o que redundará em be-

nefício para todos.

Já desde há 5 anos que a JNV vem tentando cobrar dos pequenos agricultores a taxa sobre o vinho produzido com a desculpa de que é para cobrir os seus prejuízos que dizem ser superiores a um milhão de contos. A resistência popular tem impedido até agora que a Junta leve a cabo os seus intentos. Mas o agravamento da situação financeira do país, por causa das guerras coloniais, levou o Governo a ordenar à Junta que cobrasse a taxa desde 1966.

Isto significaria encargos incabíveis para os pequenos produtores, a quem a JNV nada tem auxiliado. São estas as razões da justa revolta dos vinicultores que se recusam em conjunto a pagar a taxa.

DO DESCONTENTAMENTO À ACÇÃO

— Rendeiros da freguesia de Santa Cristina -- BRAGA, têm feito várias reuniões para discutirem problemas que os afectam e decidirem sobre a sua acção.

— Na zona do MONTIJO -- PINHAL NOVO os camponeses têm-se movimentado, reclamando junto do Grémio contra o preço dos adubos e a falta de batata para semente.

— Na região de VOUZELA os agricultores viram as culturas destruídas com as violentas chuvadas, granizo e enxurradas que desabaram sobre os seus campos em meados de julho. Dado que ficam numa situação desesperada, pois punham todas as suas esperanças nesta colheita que se anunciava abundante, resolveram dirigir-se ao Governo pedindo subsídios com que possam fazer face aos prejuízos causados pela tempestade.

— Pequenos vinicultores de VIEIRA DO MINHO opõem-se terminantemente à realização do cadastro das vinhas que os organismos corporativos da lavoura lhes querem impôr. Reina na região um ambiente combativo, estando os vinicultores decididos a impedir por todos os meios que lhes sejam cortadas as vides que produzem o chamado "VINHO AMERICANO".

O PREÇO DAS MADEIRAS

(cont. da pág. 4)
de milhares de contos.

Os pequenos agricultores deviam tirar alguns ensinamentos desta dura lição. E o primeiro, é que têm que unir-se e organizar-se para exigirem da indústria da celulose (que soube unir-se para os explorar melhor) preços mais justos e compensadores pela madeira que lhe fornecem.

Se não souberem lutar unidos pelos seus interesses, os agricultores cairão na maior miséria, matando-se a trabalhar enquanto os monopólios enriquecem cada vez mais.

S JUNTAS DE FREGUESIA

Mas isso não deve diminuir a nossa combatividade. Em muitos lados, principalmente nas regiões rurais, o povo pode e deve apresentar listas da sua confiança.

Façam-se reuniões em massa nas quais se avaliem as condições e as garantias dos candidatos e lhes seja imposta a realização de um programa de melhoramentos locais que façam avançar as nossas miseráveis condições de vida. Discutamos as reivindicações locais em cada terra, para que essas sejam a base do referido programa. Exijamos que as «eleições» sejam fiscalizadas pelo povo que vota.

Não nos deixemos iludir por falsas promessas dos lacaios do Governo, que sempre aparecem nestas alturas para nos enganar.

Todos unidos às eleições das Juntas de Freguesia.

O PREÇO DAS MADEIRAS E AS FÁBRICAS DE CELULOSE

Portugal é um país com boas condições para a produção de madeira, graças à temperatura relativamente temperada e quantidade anual de chuva suficiente para o desenvolvimento das árvores. Nas zonas marítimas do norte cresce bem o pinheiro e o eucalipto. No sul dão-se os eucaliptos nos solos mais pobres e os choupos nos mais fundos. As zonas do interior a norte são favoráveis ao desenvolvimento do castanheiro, dos carvalhos e freixos. Outras espécies ainda podem ser cultivadas com êxito, mas estas são as principais.

Desde que se começaram a montar fábricas para produzir pasta de papel, os pequenos produtores de madeira convenceram-se de que os preços da madeira iam subir, mercê do aumento do consumo e que a conversão em floresta dos terrenos pobres de montanha até aí utilizados na cultura de cereais seria uma das possíveis soluções para a crise da agricultura.

Falamos nos pequenos produtores de madeira porque os grandes produtores, os donos das grandes extensões de mata, estão em geral associados às grandes empresas de pasta de papel e a outras, interessando-lhes mais os rendimentos que daí lhes vêm do que os que resultam das matas.

Pois, criadas as várias fábricas de pasta de papel existentes no país, e quando todas já estão a consumir grande quantidade de eucalipto e pinheiro, aconteceu este caso espantoso: O PREÇO DA MADEIRA BAIXOU EM VEZ DE SUBIR.

Onde está a razão disto? A razão é muito simples e é igual à de todo o processo de desenvolvimento capitalista. As fábricas montam-se, não para beneficiar todo o país, mas para permitir aos que já são ricos maior enriquecimento.

As grandes empresas de celulose vinham tendo lucros elevadíssimos (em 1969 a Com-

panhia Portuguesa de Celulose obteve mais de 45 mil contos e a SOCEL mais de 21 mil); mas acharam que podiam aumentar ainda mais os lucros se todas se unissem, impondo os preços aos pequenos produtores. E assim, as 5 ou 6 grandes fábricas de pasta de papel formaram um monopólio de compra de madeira — a MADEIPER — a quem encarregaram de comprar toda a madeira de que precisam. Deste modo passou a haver um único comprador de madeira para a indústria no mercado nacional, com a seguinte consequência: o preço da madeira para pasta de papel baixou de 230\$00-190\$00 para 130\$00-90\$00.

A Corporação da Lavoura esvalou-se em gritos histéricos procurando convencer os agricultores de que estava a defender os seus interesses. Mas ninguém se convenceu que um tal cão rafeiro criado e mantido pelo governo para morder as canelas dos pequenos agricultores estivesse verdadeiramente interessado em garantir preços compensadores para a madeira.

E a verdade é que as coisas continuam como dantes: a madeira a preços que mal pagam os transportes e as fábricas de celulose a fazerem todos os anos lucros de centenas

(cont. na pág. 3)

PREJUÍZOS NOS ARROZAIIS DO RIO CÉRTIMA

Todos os anos, em Maio, começa a plantação de arroz nos campos do rio Cértima, concelhos de Oliveira do Bairro, Aveiro e Águeda. Este ano, uma enorme cheia atrasou a plantação do arroz e este apodreceu nos viveiros. Algum arroz já plantado foi arrastado pelas águas. Muitos agricultores tiveram de fazer novas plantações, alguns com arroz comprado por se ter estragado o seu, mas sem nenhuma esperança que as novas plantações fão tardias, dêem resultado.

Vamos pedir indemnizações

Apesar dos enormes prejuízos, todos têm que pagar na mesma as suas contribuições. Ora, se as pagamos, é para o Governo resolver os nossos problemas. Não podemos aceitar de braços cruzados os rigores do

tempo, tanto mais que as inundações são agravadas pela falta de comportas e assoreamento do rio. VAMOS UNIR-NOS TODOS E FAZER UMA EXPOSIÇÃO AO GOVERNO A PEDIR UMA INDEMNIZAÇÃO PELO VALOR TOTAL DOS PREJUÍZOS.

Façam-se comportas

Deve aproveitar-se a oportunidade para exigir a construção de umas comportas, junto à ponte da Piedade, para regular o caudal das águas. As valas de drenagem e de rega têm de ser desobstruídas e o rio desassoreado. Se nós não pedirmos a resolução destes problemas ninguém os irá resolver.

Que todos os agricultores de arroz das margens do rio Cértima se unam pela resolução dos seus problemas.